

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMILA FIDÉLIX DE SOUZA

A INSERÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Laguna
2016

CAMILA FIDÉLIX DE SOUZA

A INSERÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito final à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Patricia Rosa
Filosofia - IFSC - Campus Florianópolis
Coordenação de Articulação de Políticas Sociais - Reitoria

Laguna
2016

CAMILA FIDÉLIX DE SOUZA

A inserção do aluno com deficiência: Função social da escola

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito final à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em:
Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Patricia Rosa
Filosofia - IFSC - Campus Florianópolis
Coordenação de Articulação de Políticas Sociais - Reitoria - (48) 3877-9011 / 3877-9012

Profa Ana Paula Garcia Boscatti
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa Eliane Péres de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Leandro Castro Oltramari
Universidade Federal de Santa Catarina



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de dezembro de 2016, reuniu-se a banca examinadora do trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina – GDE/UFSC da/o aluna/o **Camila Fidélis de Souza** intitulado “A inserção do aluno com deficiência: função social da escola”. Compuseram a banca examinadora as/os professoras/es Leandro Castro Oltramari, Elaine Eliane Pêres de Souza e Ana Paula Garcia Boscatti. Após a exposição oral, a/o candidata/o foi arguida/o pelos membros da banca e a/o aluna/o teve igual tempo para responder. Uma vez encerrada a defesa, a banca reuniu-se reservadamente e decidiu pela Aprovação do TCC. Para constar, redigi a presente Ata que, aprovada por todas/os as/os presentes, vai assinada por mim, secretário/a do Curso de Especialização EaD em GDE, pelas/os demais integrantes da banca e pela/o candidata/o.

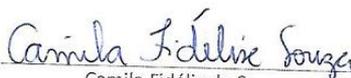
A banca fez as seguintes recomendações:

FAZER uma reedição do texto, reavaliar os termos utilizados que adjetivam alunos e famílias. Fazer uma análise crítica dos casos apresentados.


Diego Schibelinski
Secretário/a do Curso


Leandro Castro Oltramari


Elaine Eliane Pêres de Souza


Camila Fidélis de Souza
Candidata/o


Ana Paula Garcia Boscatti


Coordenação do Curso

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Camila

A inserção do aluno com deficiência: : função social da
escola / Camila Souza ; orientador, Patricia Rosa -
Florianópolis, SC, 2016.

33 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Deficiência. 4. Integração.
5. escola. I. Rosa, Patricia. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III.
Titulo.

Dedico o presente trabalho, a minha mãe que sempre apoiou meus estudos e não me deixou desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir a finalização de mais uma especialização, aos meus familiares e amigos pelos apoios e incentivos.

“Incluir significa promover e reconhecer o potencial inerente a todo ser humano em sua maior expressão: a diferença”.
(Santos, et al,2010).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal refletir sobre o papel da educação inclusiva na inserção do estudante com deficiência. A deficiência é vista como uma parte constituinte à condição humana, as pessoas com deficiência não podem ser tratados como incapacitados, posto que, este tipo de tratamento acarreta em exclusão social e afeta seu comportamento. O que a sociedade desconhece é o fato das pessoas com deficiência serem capazes de ter atividades laborativas como qualquer outra pessoa, reconhecendo seus próprios limites. O papel da educação inclusiva é desenvolver a integração, para que este possa interagir e socializar os conhecimentos ao longo de todo percurso formativo, sentindo-se motivado por estar incluído no contexto escolar. Toda pessoa com deficiência tem direitos legais garantidos. A educação inclusiva tem como função primordial garantir o acesso e permanência na escola.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência; Inserção.

ABSTRACT

The present work has as main objective, to reflect about the role of inclusive education in the insertion of students with disability, is seen as a constituent part of the human condition, people who has some disability, cannot be treated as incapacitated, since this kind of behavior reflects and social exclusion. Something that the society does not know is the fact that person with disabilities is able to have work activities like any other person, recognizing their own limits. The role of inclusive education is to develop integration, so that it can interact and socialize knowledge throughout the entire formative journey, feeling motivated in be included in the school context. Every disabled person has legal rights guaranteed by law. Inclusive education has the primary function of guaranteeing access and permanence in school.

Keywords: Inclusion; Disability; Insertion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina.

AEE – Atendimento Educacional Especializado.

TDAH – Transtorno de atenção e Hiperatividade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A INSERÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	11
2.1. CENÁRIO DE ESTUDO	11
2.1.1 CASOS APRESENTADOS	11
2.1.1.1 ESTUDO DE CASO 1	11
2.1.1.2 ESTUDO DE CASO 2	12
2.1.1.3 ESTUDO DE CASO 3	12
2.1.1.4 ESTUDO DE CASO 4	13
2.1.1.5 ESTUDO DE CASO 5	13
2.1.1.6 ESTUDO DE CASO 6	14
2.1.1.7 ESTUDO DE CASO 7	14
3 PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
4 DEFICIÊNCIA	20
4.1.1 ESTRANHAMENTO À DEFICIÊNCIA.....	20
5 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	23
5.1.1 RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO X SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA	25
5.1.2 RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO X FAMÍLIA	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema: A inserção do aluno com deficiência no contexto escolar.

A escola é considerada o espaço privilegiado de convivência, onde todos seguem regras e normas sociais. A inclusão nesse espaço, bem como em toda sociedade, é um paradigma a ser construído. Partindo dessa necessidade, a pesquisa será desenvolvida a fim de obter respostas para as seguintes perguntas: **Nos sistemas de ensino e ambientes escolares, como ocorre a inserção social do estudante com deficiência? Existe exclusão, inclusão ou integração?**

Este trabalho abordará aspectos sobre a prática pedagógica que muitos profissionais da educação inclusiva enfrentam quando procuram motivação para trabalhar diariamente sobre a temática da inclusão.

Na perspectiva inclusiva é necessário à escola se adequar às diferentes formas de deficiência e desenvolver estratégias para o aprendizado do aluno. Os professores devem estar aptos a planejar avaliações adaptadas à deficiência do educando, podendo também aplicar esta metodologia quando avaliam outros alunos com possíveis dificuldades de aprendizagem.

A inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação depende da compreensão que se tem sobre a diferença na escola. A partir de novas organizações do trabalho pedagógico pode-se compreender o papel da educação especial no contexto inclusivo.

2. A INSERÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

2.1 CENÁRIO DE ESTUDO

O presente trabalho foi realizado com levantamento de dados quantitativos sobre o tema, tendo como referencial a Escola de Educação Básica Santa Marta. Os dados observados terão embasamento teórico, referenciados através de pesquisas bibliográficas.

2.1.1 Casos apresentados

2.1.1.1 Estudo de Caso 1

Estudante 1: matriculado no 3º ano Ensino Fundamental – Anos iniciais, cujo laudo diagnóstica Transtorno de Atenção e Hiperatividade TDAH, Transtorno de Ansiedade de Separação, Transtorno Hipercinético não especificado, associado à doença degenerativa do sistema nervoso não especificado e Ansiedade Generalizada, não faz tarefas, falta demasiadamente e quando em sala de aula, somente realiza as atividades com auxílio do segundo professor, mesmo assim o aluno não demonstra interesse em realizá-las o que acaba por regredir sua aprendizagem. Outro aspecto extremamente importante é que o aluno, devido aos transtornos apresentados, encontra-se em processo de alfabetização.

Como metodologia utilizada para adaptar suas atividades, as professoras utilizam materiais como ábaco e jogos silábicos. Estes recursos são também utilizados com outras duas alunas que apresentam Déficit de atenção e Hiperatividade, e que não são alfabetizadas, mas apresentam interesse em realizar tais atividades.

2.1.1.2 Estudo de Caso 2

Estudante 2 cursa o 3º ano do Ensino Médio, diagnosticada com Déficit de atenção e dislexia. Foi constatado que a aluna não adquiriu em tempo hábil capacidades previstas durante o período de alfabetização. A aluna sente insegurança para realizar determinadas atividades e necessita receber elogios para desenvolver suas atividades com êxito.

A aluna ainda realiza exercícios de pinturas, colagens e recortes, demonstrando interesse em novos conteúdos e muita criatividade. Tem boa caligrafia ainda que possua dificuldade na leitura, o que leva a muitos erros de Língua Portuguesa e certa dificuldade em realizar problemas matemáticos. Quando precisa corrigir suas atividades, não consegue realizá-la sem mediação do professor, uma vez que se distrai com muita facilidade.

Na relação entre colegas, apresenta comportamento isolado com certa resistência em fazer trabalhos em equipe.

É importante ressaltar que a aluna é assídua, possui bastante interesse nos projetos desenvolvidos na escola, sendo prestativa e estando sempre disposta a ajudar.

2.1.1.3 Estudo de Caso 3

Estudante 3 cursa o 6º ano do Ensino Fundamental, apresenta laudo médico de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TADH.

O aluno é esforçado para realizar as atividades em sala de aula, tem boa comunicação com os colegas, socializa trabalhos e atividades em grupo. Tem dificuldade em realizar atividades de leitura e escrita, trocando algumas letras do alfabeto e misturando a letra script com a cursiva, necessitando da intervenção do segundo professor de turma.

Faz uso de medicamento para controlar seu comportamento e para que se concentre nas atividades em sala de aula.

O aluno frequenta o Atendimento Especializado, para melhor desenvolver suas habilidades, não possui suas avaliações adaptadas e necessita da mediação do segundo professor para resolver suas atividades.

2.1.1.4 Estudo de Caso 4

Estudante 4, tem 17 anos está matriculado no 1º ano 01 do Ensino Médio, apresenta deficiência mental leve seguido de déficit de atenção.

O aluno realiza as atividades adaptadas à sua deficiência pelo segundo professor de turma; socializa com a classe, através de trabalhos em grupos, atividades educacionais, como feira de Ciências, elaboração de paródias, atividades de representação artística etc. Ele também vem apresentando comportamento positivo, melhoras significativas durante o atendimento pedagógico e seu processo de aprendizagem ocorre de forma contínua, diariamente sua capacidade de concentração é trabalhada.

O aluno realiza avaliações adaptadas pelo segundo professor em grande parte das disciplinas. Apenas na disciplina de Inglês, o professor titular não adapta e também não aceita que suas avaliações sejam adaptadas, seria importante, pois seu processo de aprendizagem segue suas limitações por meio da deficiência.

O aluno é assíduo, faz uso de uniforme e ajuda no bom funcionamento da escola. Realiza tarefas e demais atividades no período escolar, com a segunda professora, bem como, recebe o apoio pedagógico no Serviço de Atendimento Especializado – AEE.

2.1.1.5 Estudo de Caso 5

Estudante 5 tem 16 anos, está matriculado no 8º ano do Ensino Fundamental, apresenta Déficit de Atenção e Hiperatividade.

O aluno realiza as atividades apresentando poucas dificuldades; suas avaliações são adaptadas de acordo com suas habilidades, necessitando do auxílio do segundo professor de turma,

durante a escrita. Socializa com a turma através de trabalhos em grupos, atividades e projetos educacionais. Suas avaliações são adaptadas pelo segundo professor em grande parte das disciplinas. Na disciplina de Inglês, apresenta dificuldade na realização das avaliações que não são adaptadas pelo professor titular da disciplina.

O estudante apresenta comportamento regular, fazendo uso de medicamento; recebe atendimento pedagógico especializado para melhor desenvolver sua escrita. Em seu processo de aprendizagem apresenta dificuldades no reconhecimento de algumas letras do alfabeto e na disciplina de Matemática não consegue dominar as quatro operações com êxito.

2.1.1.6 Estudo de Caso 6

Estudante 6: possui Transtorno do espectro de autismo, está matriculada no período matutino - 7º ano do Ensino Fundamental.

A aluna apresenta pouco progresso em sua aprendizagem. Porém é participativa nas aulas, gosta de expressar sua opinião relacionada aos conteúdos estudados e se destaca nas atividades de Educação Física e Matemática ainda que necessite de auxílio para as realizar.

A metodologia utilizada é a oralidade, pois a mesma apresenta dificuldade na escrita, não estabelecendo conexão com a fala. É uma aluna calma, mas não socializa com os colegas, tampouco realiza tarefas e os trabalhos propostos pelos professores.

2.1.1.7 Estudo de Caso 7

Estudante 7 tem 18 anos, possui deficiência física e intelectual e está matriculado no 9º ano do Ensino Fundamental. É um aluno que gosta do ambiente escolar devido suas limitações necessita do acompanhamento constante do segundo professor e ter 100% de suas atividades adaptadas com ênfase nas de coordenação motora. Nas atividades artísticas, em especial

pinturas, gosta de utilizar o verde e o rosa. Gosta de cumprimentar seus colegas em apertos de mão, sendo querido com e por todos.

3 PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A perspectiva da educação inclusiva deve representar, com maior êxito possível, a diversidade dos indivíduos que compõem a sociedade. As experiências curriculares são enriquecidas através da diversidade e com isso possibilita maior interação do conhecimento.

Diante disso, a deficiência não deve constituir barreira para a não inserção do estudante na escola, mesmo que isso dependa de fatores sociais, econômicos e familiares, para contribuir na qualidade de vida desse estudante.

A Legislação, por exemplo, prevê o dever do Estado em assegurar à pessoa com deficiência a promoção e garantia de seus direitos dando-lhes apoio e assistência na prestação de atendimentos e principalmente respeito aos direitos humanos.

(...) Segundo Art. 190. O Estado assegurará às pessoas portadoras de deficiência os direitos previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. O Estado, isoladamente ou em cooperação, manterá programas destinados a assistência a pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de assegurar:

I - respeito aos direitos humanos;

II - tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito;

III - não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

IV - exprimir livremente sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade e maturidade;

V - atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas. (C.F.1988)

É necessário compreender que o papel da educação inclusiva nas escolas é adequar às diferentes formas de deficiência/ Transtorno que o mesmo possui, diante dos estudos de casos descritos anteriormente, percebe-se que muitos profissionais fazem vista grossa no seu trabalho pedagógico, não há facilidade para o estudante ter o acesso e adquirir de forma igualitária o conhecimento, sendo a educação um direito de todos e dever do Estado, o papel da escola no contexto da educação inclusiva é garantir a permanência do aluno com deficiência em sala de aula, promovendo uma educação igualitária e de qualidade.

Nos estudos de casos pode-se perceber que a família dos estudantes descritos é desassistida, dificultando o trabalho do segundo professor, pois muitos dos estudantes citados,

ainda estão em processo de alfabetização, necessitando total apoio da família nas tarefas escolares.

A família possui papel preponderante quando da inserção e permanência do estudante no ambiente escolar, devendo procurar entender o que nos diz a Legislação e fazer garantir seus direitos.

A inclusão educacional dá prioridade ao atendimento às diferenças de qualquer aluno que possua dificuldades de aprendizagem. É através da inclusão e universalização do acesso às escolas e de ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, que todos os educandos participam e aprendem juntos, sem haver discriminação.

Os estados promoverão a disponibilidade, o conhecimento e o uso de dispositivos e tecnologias assistivas, projetados para pessoas com deficiência e relacionados com a habilitação e a reabilitação. (BRASIL, 2012 p. 55)

(...) Art. 9º Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de necessidades especiais os seguintes serviços:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de necessidades especiais, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social;

II - formação profissional e qualificação para o trabalho;

III - escolarização em estabelecimento de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial; e

IV - orientação e promoção individual, familiar e social. (DECRETO nº 3298/1999)

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 30 propõe que as pessoas com deficiência têm direito a participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte, destacando ainda que “As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades como as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda”. (Brasil, 2011 p. 59).

Uma vez que,

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, pessoas. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana. (BRASIL, 2012 p. 15)

Posto isso, cabe à sociedade integrar a pessoa com deficiência em seus diversos espaços de interação, respeitando seus limites e dando-lhes oportunidades para se tornarem parte ativa do meio no qual estão inseridos.

A participação das pessoas portadoras de deficiência em eventos e situações artificialmente criadas para elas reflete uma falsa Integração, pois uma Integração real implica uma participação real na escola, no lazer e no trabalho. Dentro desta perspectiva, é necessário reelaborarmos o conceito que temos das pessoas portadoras de deficiência. É preciso que tenhamos consciência de que elas têm potencial e de que poderão desenvolver este potencial em favor de uma maior autonomia social. (BONETI, 1996 p. 2)

A autonomia é um fator importante na adaptação do estudante, Nos estudos de casos 2, 4, 5, 6 e 7 temos exemplos, o segundo professor trabalha as habilidades, tornando capazes de realizar atividades em grupo, através da socialização, desenvolvendo a capacidade de integrar-se ao meio social e cultural em que a escola vive.

A autonomia tem por objetivo a integração social das pessoas com deficiência para que os mesmos possam ser protagonistas produtivos na sociedade, eliminando preconceitos.

Um dos objetivos da inclusão social é buscar alternativas educacionais, nas quais o currículo seja o modificador do processo educacional, visando melhor aproximação da realidade do estudante, desenvolvendo a efetiva participação de todos na perspectiva de uma política de educação inclusiva.

Conforme Prevê o Art 2º (...) “A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios”. (SC, 2012 p. 111)

Em se tratando da educação especial deve proceder de forma flexível e dinâmica, os estudos de casos 3,4 e 5 apontam que os estudantes apresentam dificuldades para realizar as avaliações propostas pelos professor regente. Podemos perceber que a flexibilização quanto ao currículo é necessário para o estudante compreender seus conteúdos.

Para a flexibilização é necessário que todos os profissionais envolvidos no contexto escolar tenham ciência de que a adaptação faz parte do processo flexível. A adaptação do currículo aproxima a realidade do educando. Esta adaptação deve ocorrer por parte da equipe pedagógica de cada escola, devendo estar inserida em seu projeto político pedagógico e ser

formulada por sua equipe, traçando métodos de avaliação e de conteúdos abordados conforme a realidade do educando em seu contexto.

Art. 25. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptação de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de necessidades especiais, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da .

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para o ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior, conforme legislação vigente.

§ 2º A Secretaria de Educação, no âmbito da sua competência na conformidade com as diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação, expedirá instruções para os programas de educação superior que incluam nos seus currículos, conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa portadora de necessidades especiais. (DECRETO nº 3298/1999).

Pode-se compreender que a pessoa com deficiência possui limitações, mas também potencialidades para novas possibilidades de aprendizagem que possam ser desenvolvidas no sistema regular de ensino.

Art. 27. As escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de necessidades especiais, tais como:

I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;

II - capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores, e profissionais especializados; e

III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação. (DECRETO nº 3298/1999)

Para que a educação inclusiva possa garantir seus efeitos, a estrutura educacional existente deve ser eficiente para atender a todos nos seus diferentes níveis de ensino sem tirá-la do contexto social.

4 DEFICIÊNCIA

Considerando o termo deficiência sob o ponto de vista biológico, muitas vezes é atribuído ao sujeito, individualmente, a responsabilidade por sua diferença. Por outro lado, quando a questão da deficiência é compreendida sob a ótica do contexto social da deficiência, passa-se a entender que suas especificidades têm história e sua situação atual é fruto de um processo de responsabilidade coletiva. As relações estabelecidas são valorizadas e atribui-se maior importância às intervenções, podendo criar oportunidades, bem como, condições para a inserção efetiva na sociedade.

O termo deficiência está relacionado à representação de um corpo sem deficiência. Podemos perceber que existe uma relação entre as limitações que o corpo tem, e a perspectiva de que a pessoa deve melhorar sua adaptação quanto a ele. “Opor-se à ideia de deficiência como algo anormal não significa ignorar que um corpo com lesão medular necessite de recursos médicos ou de reabilitação”. (DINIZ, 2007 p. 8). Podemos dizer que, em se tratando de deficiência, todas as pessoas com e sem deficiência, buscam os cuidados médicos em diferentes momentos de sua vida.

(...) A questão da deficiência é pouco explorado não apenas porque a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica, com poucos cientistas sociais dedicando-se ao tema, mas principalmente porque a deficiência ainda é considerada uma tragédia pessoal e não uma questão de justiça social. (DINIZ, 2007 p. 11)

O cuidado pessoal está relacionado aos cuidados que a pessoa com deficiência deve adquirir, bem como adotar estilo de vida de qualidade e cuidados biomédicos, fazendo valer seus direitos a ações distributivas, bem como, às reparações na desigualdade.

Nos estudos de casos realizados, os estudantes, 1, 2, 4 e 7 apresentam transtornos que estão associados à deficiência, o que torna mais trabalhoso em seu processo de adaptação.

4.1.1 Estranhamento à deficiência

O estranhamento quanto à deficiência do estudante pode ocorrer no momento da inserção à vida real na sociedade. Como afirma Silva: “O ajustamento à sociedade dá-se pela incompreensão de que podemos constituir-nos como seres autônomos capazes de realização e objetivos imediatos” (2006, p. 1)

Ajustar-se à sociedade requer compreender como o ser humano pode se tornar autônomo. Criar autonomia depende de vários fatores, os fatores sociais e familiares são primordiais na inserção social e o convívio escolar também é fundamental. “O preconceito materializa um possível efeito do encontro entre pessoas, quando são acionados mecanismos de defesa diante de algo que deve ser combatido por constituir-se numa ameaça” (SILVA 2006 p. 02). Atitudes de preconceito são frequentes e devem ser trabalhados no âmbito social, familiar e escolar, desenvolvendo a habilidade de socializar, para que o mesmo possa desfrutar da cultura e realidade vivenciada pelo indivíduo.

O preconceito é uma disposição individual, mas não apenas deriva do objeto, é ao mesmo tempo, independente dele, não admitindo uma conceituação universal, pois tem “aspectos constantes e aspectos variáveis”, que se relacionam mais com aquilo que é de interesse do preconceituoso, dentre as diversas representações que lhes são atribuídas. (SILVA, 2006 p. 2).

O medo que envolve o indivíduo é apresentado como perigo, impossibilitando sua organização social que segue como forma de negar a diferença. A objetividade busca assemelhar, induzindo à estranheza irracional. No entanto, o estudo de caso 2 descreve a estudante, que apresenta insegurança para realizar determinadas atividades, necessitando de elogio para obter êxito na atividade. Assim: “O indivíduo preconceituoso fecha-se dogmaticamente em determinadas opiniões, sendo assim impedido de ter algum conhecimento sobre o objeto que o faria rever suas posições e, assim, ultrapassar o juízo provisório”. (SILVA, 2006 p.3)

Através do sentimento de inferioridade o indivíduo é capaz de se afastar, impedindo o contato através do medo e da identificação e se sentindo humilhado. Pois, o preconceito constrói, dentro da sociedade, o diferente, o que acaba por tornar frágeis àqueles que seguem um padrão de igualdade.

O medo do que não é conhecido, ou diferente, é transformado em sentimento de inferioridade, levando à prática de exclusão e desigualdade. Conforme Silva: “A lembrança da fragilidade humana, da diferença compreendida como obstáculo à inserção funcional na sociedade, determina a prática da negação social”. (SILVA, 2006 p.3)

No contexto escolar, o medo e a indiferença acarretam no isolamento do estudante com deficiência, o professor acaba por não entender o motivo ou situação que o estudante vivencia. Sem compreender tal fato o professor não percebe a importância de trabalhar a autoestima do estudante e sua autonomia, que faz parte do processo de adaptação.

A renúncia de autonomia por parte dos adaptados é algo que fica internalizado, retornando na forma de agressão e discriminação àqueles que demonstram algum tipo de resistência”. É o caso dos alunos que são tipificados como indisciplinados ou com distúrbios de comportamento. (SILVA, 2006 p. 03).

Nos estudos de casos, existem exemplos de resistência nos estudantes que possuem TDAH nos casos 1, 2, 3 e 5. Em seu comportamento, os mesmos demonstram pouco interesse nas atividades em sala de aula, não realizam as tarefas propostas o que acarreta em regredir na aprendizagem.

Nesse caso, alunos diagnosticados com distúrbios de comportamento que sofrem preconceitos sentem-se incapacitados para o estudo e desmotivados, podendo tornar-se agressivos em sala de aula.

5 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

É função social da escola, garantir a inclusão social dos estudantes com deficiência no contexto escolar.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (SECADI, 2008 p.1)

A educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito dos estudantes de aprender e participar junto à comunidade, sem nenhum tipo de discriminação.

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. (SECADI, 2008)

No ensino regular, é dever da escola inserir em seu projeto político pedagógico a efetivação da inclusão social de alunos com deficiência, por meio de adequações e adaptações que visem à integração quanto ao currículo, em suas metodologias do planejamento, bem como ações educativas que visem à participação total dos alunos na escola. Como afirma Hamze: “A pessoa com deficiência tem direito ao convívio não segregado e ao ingresso e acesso imediato aos recursos disponíveis e facilitados aos demais cidadãos”. (HAMZE, 2016)

As pessoas com necessidades educacionais especiais são cidadãos como quaisquer outros, e devem possuir os mesmos direitos quanto a oportunidades disponíveis na sociedade, involuntariamente quanto ao tipo de deficiência e seu grau de comprometimento.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos

que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os estudantes com deficiência. (SECADI, 2008).

A educação especial em suas modalidades compreende o atendimento especializado, com finalidade de dar o suporte e conhecer quais são suas limitações, para que haja adaptações para desenvolver atividades auxiliando no processo de ensino aprendizagem.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, o ensino deve promover adaptações quanto ao currículo, métodos, recursos e organizações específicas no intuito de atender suas necessidades.

Art. 59 LDB (1996) preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. (LDB, 1996)

Quando se fala em inclusão podemos compreender que o segundo professor de turma, em conjunto com os professores titulares das disciplinas, devem planejar suas atividades/avaliações dando suporte necessário ao estudante e acesso ao conhecimento, construindo um aprendizado de qualidade. Como lemos: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

Percebe-se que nos estudos de casos 4 e 5 existe a resistência por parte dos professores em como avaliar os estudantes. O estudo de caso 4 relata: “Apenas na disciplina de Inglês, o professor titular não adapta e também não aceita que suas avaliações sejam adaptadas, seria importante, pois seu processo de aprendizagem segue suas limitações por meio da deficiência”. É função da docência, assegurar que o aluno com deficiência tenha aprendizagem significativa, correspondente às suas limitações. Nesse caso, a omissão em adaptar as avaliações, acarreta na exclusão social do aluno, em ter o acesso ao conhecimento de forma explícita. É importante que adequações sejam estabelecidas e realizadas através da adaptação dos conteúdos para que o aluno sinta-se capaz de realizar tal atividade e de compreender os conteúdos abordados juntamente com a classe.

Com educação igualitária através da reformulação e adaptação dos conteúdos a serem trabalhados no currículo, o estudante é capaz de progredir com êxito no curso.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.(PNE, 2001 p. 2)

Existem diversos sentidos que podem ser atribuídos à diversidade. Entende-se por diversidade, as características do ser humano em sua existência de vida histórico-cultural.

A diversidade está relacionada com as aspirações dos grupos humanos e das pessoas de viver em liberdade e no exercício de sua autodeterminação, como também à aspiração da vida em democracia e à necessidade de vivenciar coletivamente as realidades sociais que são múltiplas e de lutar pelo reconhecimento dos direitos humanos e a respeitá-los. (PCN, 2014 p. 54).

A diversidade como parte das relações sociais, constitui os sujeitos históricos nas organizações de suas vidas, bem como, nas relações com o ambiente, por meio de outros grupos, da mesma forma que interfere na produção e reprodução da existência humana.

É através da inclusão que a pessoa com deficiência reconhece seus potenciais e vencer suas limitações. A integração com pessoas de diferentes idades, gêneros, capacidades físicas e intelectuais, faz com que a pessoa construa sua própria identidade, autonomia, desafiando possibilidades que cada ser humano possui. Quanto mais diversificada suas experiências, instigará seus desafios e apropriará a aprendizagem significativa. “Segregar a pessoa com deficiência é negar-lhe o direito a viver num mundo real, é negar-lhe o direito a aprender pela convivência com pessoas ditas não deficientes” (SARTORETTO, 2011 p.02).

A integração desafia o ser humano a construir sua identidade e autonomia, possibilitando oportunidades.

A diversidade pode ser entendida como processo de enriquecimento e construção do próprio ser humano. No ambiente escolar a educação deve se pautar no respeito às diferenças e na formação integral do sujeito a fim de superar desigualdades culturais, etnocêntricas e hegemônicas.

Sob este aspecto, observamos, no contexto escolar na observação de estudantes com deficiência na qual foi realizada, que a inserção do estudante com deficiência ocorre em adequar-se ao progressivo sistema de ensino, o que, ocasionalmente, torna a instituição

escolar segregacionista, pois o estudante devido às suas limitações, sente-se desmotivado e incapaz, negando sua singularidade no tocante à eficiência da prática pedagógica.

A integração social pode ser observada em alguns casos nos quais observamos que o segundo professor faz adequações quanto ao currículo. Porém, não é sua função realizar o planejamento sem intervenção do Professor das disciplinas específicas, sendo que está proposto no Projeto Político Pedagógico da escola. A integração social “centra o aluno com deficiência a responsabilidade em adaptar-se às condições do ensino regular” (GESSER et al, 2016 p.6). Nesse caso, é correto afirmar que a escola só poderá torna-se realmente inclusiva, quando compreender que o papel da educação inclusiva é inserir o estudante com deficiência na escola sem esperar que os mesmos simplesmente devam se adequar à sua realidade. Pelo contrário, a inclusão é justamente adaptar a escola de modo a que todos os estudantes sintam-se incluídos e possam desenvolver-se em plenitude.

5.1.1 Relação Professor e aluno X Segundo Professor de Turma

A relação entre professor e aluno é fundamental para o convívio escolar. O respeito e a reciprocidade proporcionam um trabalho construtivo. Como afirma Alves:” O professor tem que estar sempre aberto às novas experiências, aos sentimentos e aos problemas de seus alunos. É claro que a responsabilidade da aprendizagem está ligada ao aluno, mas essa deve ser facilitada pelo professor levando o aluno à auto-realização” (2016 p.1).

Dialogar diariamente com o aluno, desperta o interesse pelo conteúdo que o professor estará abordando no momento. Bem como, a variabilidade de recursos utilizados e métodos para melhorar a qualidade do ensino, sendo fundamental para o processo de aprendizagem.

No processo inclusivo do estudante, o ambiente educativo é a chance de promover a participação e socializar com os colegas, explorando novas ideias e conhecimentos em classe.

A diversidade também se encontra no processo avaliativo, o que muitos desconhecem é que todos aprendemos de forma diferente. O estudante com deficiência não pode se sentir excluído ao expor suas experiências sobre determinado assunto. É importante que o professor regente da disciplina seja flexível às limitações do estudante quanto à participação e também ao processo avaliativo.

De acordo ao CEE – Conselho estadual de Educação de SC, em seu capítulo 1 – no §4º “O Projeto Político Pedagógico deverá prever adequações curriculares e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessário, para a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, em atendimento à Resolução específica deste Conselho”. (CEE, 2013 p. 3)

De acordo com o Programa Pedagógico que prevê as atribuições do Segundo Professor de Turma, podemos verificar duas vertentes importantes sobre suas atribuições: “sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial, tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nas séries finais do ensino fundamental”; (FCEE, 2009 p. 17).

O Segundo Professor de turma deve ter ciência do planejamento, bem como do conteúdo, e avaliações do planejamento do Professor regente. “O segundo professor não pode assumir ou ser designado para outra função na escola que não seja aquela para a qual foi contratado”. (FCEE, 2009 p. 17)

É importante que os gestores tenham bom senso para entender que o segundo professor de turma não deve assumir responsabilidades que não são cabíveis às suas atribuições, para que o mesmo possa realizar seu trabalho de forma organizada e responsável. “Este professor não deve assumir integralmente o(s) aluno(s) da educação especial, sendo a escola responsável por todos, nos diferentes contextos educacionais: recreio dirigido, troca de fraldas, alimentação, uso do banheiro, segurança, etc”. (FCEE, 2009 p. 17)

Diante disso, cabe ressaltar que o segundo professor não é responsável integralmente pelo aluno com deficiência. A escola precisa assumir seu papel enquanto responsável por todos os seus estudantes.

Nas relações vivenciadas durante a observação do estudo de campo pode-se observar que não existe o planejamento adequado das avaliações propostas para desenvolver com os estudantes com deficiência. Nos estudos de caso, pode-se observar que os alunos não recebem avaliações adaptadas pelos professores regentes das disciplinas específicas, nesse caso, seria importante para o professor compreender que o atendimento às diferenças na escola implica flexibilidade das práticas educativas e adequações curriculares, necessitando de planejamento em conjunto com professores regentes e segundo professor de turma, envolvidos no contexto escolar.

5.1.2 Relação professor e aluno X família

A família tem papel fundamental em contribuir com o bom desempenho do educando. No que tange a inserção do aluno com deficiência, a família deve contribuir para seu bom desempenho. Como afirma Caiado: “A família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir”. (CAIADO, 2016 p.1)

É papel da família, supervisionar o andamento do processo de ensino aprendizagem do estudante, auxiliando nas tarefas escolares, pesquisas e trabalhos. Assim como conversar com o professor sobre as dificuldades que o mesmo possa apresentar incluindo seu comportamento.

A maioria dos estudantes com deficiência faz uso de medicamentos para controle e/ou tratamento, dessa forma torna-se mais acessível desenvolver seu aprendizado e ajudá-los nas relações sociais.

O problema é que muitos profissionais que trabalham com estudantes com deficiência reclamam que estes estudantes não fazem o uso correto do medicamento. Alguns tratam por um determinado período de tempo, outros fazem uso incorreto, ou seja, em horários alternados, desta forma o medicamento não faz o efeito desejado.

É dever da família, estabelecer os horários para uso da medicação, monitorando e acompanhando o uso correto da mesma. Outro papel importante que cabe a família é auxiliar o estudante nas suas tarefas escolares. Mas a realidade é outra, existe, em muitos casos, negligência e omissão por parte dos pais com a vida escolar dos filhos e essa questão ainda é mais grave quando tais filhos são estudantes com deficiência.

Segundo depoimentos informais de profissionais que atuam com estudantes com deficiência, ouve-se dizer que a “educação especial (*sic*), torna-se uma educação ilusória, onde o aluno finge que aprende e o professor finge que ensina”.

Com a observação diária pode-se perceber a maioria dos estudantes com deficiência ainda não adquiriram conceitos básicos de alfabetização e letramento, estando em fase de desenvolvimento da escrita. Nesse caso, seria importante que a família, cumprisse com seu papel em auxiliar o segundo professor no andamento desse processo. Como não acontecem, os mesmos não realizam as tarefas, não recebem avaliações adaptadas; muitos possuem

dificuldades de autorregulação, tornando-se desinteressados em participar das atividades propostas pelo professor.

Sem o apoio da família, e o devido planejamento para atender os estudantes com deficiência na escola, os alunos acabam por sentir-se “excluídos”, evitando diálogo com colegas e professores, na maioria das vezes preferem permanecer sozinhos.

Diante disso podemos concluir que não somente a família que se torna omissa quando se trata do aprendizado do aluno com deficiência, mas muitos colegas titulares de disciplinas regulares, que usam de conceitos pré-estabelecidos para se eximirem da parte que lhe compete em seu fazer pedagógico.

A educação inclusiva só poderá se tornar efetiva e real quando todos, família, professores regulares, segundo professor, escola e sociedade cumprirem com o seu papel nesta perspectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, podemos concluir que muitos dos estudos de casos que foram objeto das observações desta pesquisa, não atendem à perspectiva inclusiva.

A escola inclusiva deve, em seu projeto político pedagógico, inserir e executar práticas de adequações quanto acesso ao currículo e adaptações de avaliações para desenvolver com o estudante, sendo o papel da escola garantir a inclusão dos estudantes com deficiência, permitindo o acesso à educação de qualidade através da prática pedagógica.

Outro fator importante que pode-se observar foi que os estudantes com deficiência, devem adequar-se à rotina escolar dos estudantes ditos “normais”. Neste caso, a escola e a sociedade em geral, têm como dever, adaptar-se para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, tornarem-se atentas às necessidades de todos.

A omissão da família quanto à responsabilidade do estudante com deficiência é outro aspecto relevante nesse estudo, pois no contexto familiar a pessoa com deficiência torna-se desassistida, o que leva muitos pais a transferir a plena responsabilidade do cuidado, da aprendizagem para o segundo professor de turma, sobrecarregando-o no seu fazer pedagógico.

Seria importante para a escola e a família caminharem juntos, pois a educação de qualidade só terá valor, quando todos se comprometerem em realizar suas funções.

A inclusão social tem como compromisso, junto com a sociedade, em promover a participação ativa na convivência e participação social das pessoas com deficiência.

Por fim é função social da escola articular através da educação inclusiva, ação política, cultural, social e pedagógica dos estudantes com deficiência, sem que haja qualquer tipo de segregação ou exclusão, priorizando a importância de seus direitos garantidos e não violados.

REFERÊNCIAS

ABDA. **Associação Brasileira do Déficit de atenção**. O que é TDAH. Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-o-tdah.html>> Acesso: 21 jun 2016.

BONETI, Rita Vieira de Figueiredo. **A escola como lugar de integração (ou segregação?) Das crianças portadoras de deficiência intelectual**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 6, n. 1, p. 112-127, 1996. Disponível em: <http://www.aprendizagemnadiversidade.ufc.br/documentos/inclusao_escolar/a_escola.pdf> Acesso: 02 out. 2016

Brasil. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/99467/mod_resource/content/1/convencaopessoascomdeficiencia.pdf> Acesso: 18 de Jun de 2016.

CAIADO, Elen Campos. **A importância da parceria da família e escola**. Disponível em <http://educador.brasilecola.uol.com.br/sugestoes-pais-professores/a-importancia-parceria-familia-escola.htm> Acesso: 29 out. 2016.

CARVALHO, Jair Antonio de. et. al. **TDAH: Considerações sobre o transtorno de déficit de atenção e Hiperatividade**. Disponível em: <<http://www.itpac.br/arquivos/Revista/53/5.pdf>> Acesso: 21 de jun de 2016.

CEE. **Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina**. Resolução nº 183/2013. Disponível em: <<http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/comissoes/educacao-basica/legislacao-1/resolucoes-15/962-962/file>> Acesso: 30 out de 2016.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso: 17/11/2016.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Protocolo Facultativo . à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

DECRETO 3298/1999. **Regulamenta a Lei Nº 7.853/1989**, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso: 17/11/16.

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência?** São Paulo. Brasiliense. 2007. Coleção Primeiros Passos. 324. Disponível em: <https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/99465/mod_resource/content/1/texto-1-o-que-c3a9-deficic3aancia.pdf> Acesso: 21 jun 2016.

Direitos Humanos. 2. Deficiente físico – Legislação – Santa Catarina I. Santa Catarina. Leis, Decretos, etc.

HAMZE, Amélia. Brasil Escola. **Integração ou Inclusão?** Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/imprimir/237> Acesso: 20 out. 2016.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** MEC. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso: 16 out. 2016.

LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA: **Pessoa com Deficiência.** – Florianópolis (SC): Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. P 262. 1. Pessoa com Deficiência –

Pereira, Heloisa S. et al. **Transtorno do déficit de atenção e Hiperatividade (TDAH):** aspectos relacionados à comorbidade com distúrbios da atividade motora. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v5n4/27757.pdf>> Acesso: 21 jun de 2016.

PNE. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso: 28 out 2016.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Disponível em: <https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/99538/mod_resource/content/1/TERMINOLOGIA%20SOBRE%20DEFICIENCIA%20OK%20%281%29.pdf> Acesso: 21 jun 2016.

SEADI, MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/99466/mod_resource/content/1/politica_nacional_d_e_educacao_especial_na_perspectiva_da_educacao_inclusiva_05122014.pdf> Acesso: 19 de Jun de 2016.

SILVA, Lucilene M. da. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência.** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/99539/mod_resource/content/1/a04v1133.pdf> Acesso: 21 jun. 2016.

GESSER, Marivete. Deficiências e inclusão. **Educação inclusiva.** Disponível em: <<https://ead2.moodle.ufsc.br/course/view.php?id=1237>> acesso: 29 de Nov 2016.